



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcos
Pollon

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2024

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, para prestar esclarecimentos sobre a atuação da Força Nacional de Segurança na cidade de Terra Roxa, no Estado do Paraná, dia 06 de setembro de 2024, em que supostos indígenas roubaram um fuzil e agrediram um Oficial da Força Nacional.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. EX^a. com fundamento no Art. 50, da Constituição Federal, e na forma dos Art. 117, II e 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação do Ministro Justiça e Segurança Pública, Dr. Ricardo Lewandowski, para prestar esclarecimentos sobre a atuação da Força Nacional de Segurança na cidade de Terra Roxa, no Estado do Paraná, dia 06 de setembro de 2024, em que supostos indígenas roubaram um fuzil e agrediram um Oficial da Força Nacional.

Apresentação: 09/09/2024 11:48:33.710 - CSPCCO

REQ n.263/2024





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento que visa à convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, para esclarecer a real função da Força Nacional de Segurança, pois em operação realizada em 06 de setembro de 2024, um oficial foi agredido e seu fuzil roubado por supostos indígenas que estão há tempos invadindo terras em vários estados brasileiros causando pânico nos produtores rurais.

A pertinência temática da CSPCCO em relação a este assunto é clara e indiscutível. Esta Comissão tem o dever de tratar de todas as matérias que envolvem a segurança pública, o controle de armas e o combate ao crime organizado, mormente quando o crime de invasão de terras produtivas tem sido invadidas pois essa situação gera insegurança para o produtor rural.

Diversas regiões do País concentram disputas de terra entre agricultores e indígenas, no caso da cidade de Terra Roxa os conflitos haviam se intensificado em julho deste ano. Naquele mês, propriedades rurais foram invadidas em Terra Roxa e Guaíra, na fronteira do Brasil com o Paraguai e em outros locais espalhados no país, como o caso da cidade de Douradina, no Estado do Mato Grosso do Sul. De acordo com relatos feitos ao Sindicato Rural na cidade, os invasores agrediram o filho do proprietário rural a pauladas – uma unidade do Samu precisou ser acionada para prestar atendimento.

Os conflitos agrários no Brasil são um problema histórico e persistente, com raízes profundas que vem se agravando nos últimos anos, pessoas invadem áreas produtivas alegando serem indígenas e que tem o direito àquele imóvel rural.

Os produtores rurais donos de áreas no município de Douradina (MS) tanto quanto os produtores de Terra Roxa estão passando por uma situação que tem se tornado comum no País: as invasões de terras produtivas por supostos povos indígenas. Desde o início deste atual governo, dezenas de indígenas da etnia Guarani-Kaiowá, da comunidade Panambi Lagoa Rica, tomaram à força propriedades rurais no município e estão ameaçando ampliar a área invadida.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Porém cumpre salientar que em visita pessoal a área invadida foi notada a presença de paraguaios, bolivianos e pessoas de países vizinhos ao Brasil, portanto os tais “indígenas” são importados para causar o conflito de terras no país.

Como já informado as terras invadidas são produtivas e produtores rurais verificaram que alguns “indígenas” estão portando armas de fogo, o que aumenta ainda mais a tensão entre produtores rurais e os invasores e agora estão partindo para o confronto com a Força Nacional, inclusive.

Diante desse cenário, a convocação do Ministro da Justiça é não apenas justificada, mas necessária. Precisamos entender as razões que levaram à omissão do Poder Executivo em tomar atitudes necessárias para devolver as terras invadidas aos produtores rurais que muito contribuem para a produção agrícola no país.

A Federação da Agricultura do Paraná (Faep/Senar) divulgou uma nota de repúdio à invasão da propriedade rural: “(...) Mais uma vez, a região Oeste do Paraná é palco de invasões de terra. O local tem sido alvo frequente de indígenas invadindo propriedades rurais privadas. No começo do mês de julho, uma propriedade rural no município de Terra Roxa foi invadida por indígenas. O Sistema FAEP/SENAR-PR ressalta que a passividade do poder público em controlar as invasões tem servido de incentivo para que novos grupos se formem. Ainda, a entidade pede que o Marco Temporal, que ratifica que as demarcações de terras indígenas devem ser limitadas à data da promulgação da Constituição Federal seja cumprido, para que os produtores rurais tenham segurança jurídica.

O Ministério ora convocado precisa dar uma resposta efetiva para acalmar estes invasores de terras, pois a questão se agrava a cada dia e a violência está em vias de se tornar uma tragédia nunca antes vista no país, pois os mesmos já tem enfrentado o Estado Brasileiro representado pela Força Nacional que por vezes se omite frente a situação.

Se o governo brasileiro não cumprir suas funções constitucionais, o país poderá viver um caos no campo e lembremos que a nossa Carta Magna garante o direito de propriedade e determina que o governo pacifique situações de tensão.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Dessa forma, solicito o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste requerimento, a fim de que possamos garantir que a legislação seja cumprida e que os direitos dos cidadãos brasileiros sejam respeitados.

Certos da compreensão e do compromisso desta Comissão com o interesse público, solicitamos a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções.

Sala das sessões, em 09 de setembro de 2024.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

Apresentação: 09/09/2024 11:48:33.710 - CSPCCO

REQ n.263/2024

